

Coordenadores

Fabio Fraga
Fernanda Duarte
Gilson Bomfim
Janssen Murayama
Rafael Iorio

Autores

Adriano Moura da Fonseca Pinto
Andréa Abrahão da Silva
Caius Henriques Lisboa
Haroldo Lourenço
Hugo Schneider Côgo
Ilana Bertagnolli
Marcelo Pereira de Almeida
Pedro Rodrigo Marques Schittini
Roger Slosaski
Thayana Felix Mendes
Ubirajara da Fonseca Neto

CURSO DE **JURISPRUDÊNCIA TRIBUTÁRIA**

Lei de Execução Fiscal

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by
Fabio Fraga
Fernanda Duarte
Gilson Bomfim
Janssen Murayama
Rafael Iorio

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C977c

Curso de jurisprudência tributária : lei de execução fiscal / coordena-
dores : Fabio Fraga... [et. al]. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
608 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5510-561-2

1. Precedente. 2. Superior Tribunal de Justiça. 3. Supremo Tribunal Fe-
deral. 4. Brasil. [Lei de execução fiscal (1980)]. 5. Execução fiscal. I. Fraga,
Fabio. II. Duarte, Fernanda. III. Bomfim, Gilson. IV. Murayama, Janssen.
V. Iorio, Rafael. VI. Título.

CDD 343.81040269

Sumário

Capítulo I – Técnicas Alternativas de Cobrança do Crédito Tributário e Meios Preparatórios para o Ajuizamento da Execução Fiscal

Hugo Schneider Côgo

1. Introdução.....	1
2. Cadastros de Devedores.....	2
2.1. Constitucionalidade dos cadastros de devedores perante a administração pública e das restrições impostas aos inadimplentes	4
2.2. Suspensão do registro no CADIN.....	13
3. Protesto da Certidão de Dívida Ativa	17
3.1. Momento Anterior à Lei nº 12.767/2012.....	19
3.2. Momento Posterior à Lei nº 12.767/2012	21
4. Arrolamento Fiscal.....	32
4.1. Impugnação do lançamento não impede o arrolamento.....	33
4.2. Parcelamento do crédito tributário não configura hipótese de cancelamento do arrolamento	35
4.3. Aumento do patrimônio conhecido do sujeito passivo não autoriza o cancelamento do arrolamento	38
4.4. Admissibilidade do arrolamento de bem de família.....	39
4.5. Insubsistência do arrolamento após a alienação do bem	40

4.6. Imprescindibilidade de notificação ou prévia autorização da autoridade fiscal antes da alienação do bem arrolado.....	42
4.7. Admissibilidade do arrolamento de bens do responsável tributário.....	44
4.8. Arrolamento não autoriza a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa.....	46
5. Medida Cautelar Fiscal.....	47
5.1. Possibilidade de ajuizamento de medida cautelar fiscal durante a fase litigiosa administrativa.....	50
5.2. Impossibilidade de concessão de medida cautelar fiscal preparatória após a adesão a parcelamento	54
5.3. Decretação da indisponibilidade de bens de terceiros.....	59
5.4. Prazo para ajuizamento da execução fiscal em se tratando de medida cautelar fiscal preparatória.....	65
5.5. Decretação de indisponibilidade sobre bens da pessoa jurídica que não integram o ativo permanente	68
5.6. Bem de família não pode ser tornado indisponível em medida cautelar fiscal.....	72
6. Antecipação da Garantia à Execução Fiscal.....	74
6.1. Antecipação da Garantia sob a Vigência do Código de Processo Civil de 2015.....	82

Capítulo II – Certidão de Dívida Ativa, Petição Inicial, Despacho e Citação

Roger Slosaski

1. Execução Fiscal – considerações introdutórias.....	89
2. Certidão da Dívida Ativa: o título na Execução Fiscal	91
2.1. Dívida Ativa – definição e requisitos.....	91
2.2. Principais efeitos da inscrição em dívida ativa.....	95
2.2.1. Presunção de liquidez e certeza.....	95
2.2.2. Extração da Certidão de Dívida Ativa e exequibilidade do crédito	98
2.2.2.1. Emenda ou substituição da CDA.....	100
2.2.3. - Inaplicabilidade da suspensão da prescrição aos créditos tributários.....	103
2.3. Outros efeitos da inscrição em dívida ativa	104
2.3.1. Acréscimo do encargo previsto no Decreto-lei nº 1.025/1969.....	104
2.3.2. Protesto da CDA e comunicação a órgãos de proteção ao crédito	106
2.3.3. Presunção de fraude na alienação e oneração de bens.....	107
2.3.4. Indisponibilidade de bens	108
3. Petição inicial na execução fiscal	111
3.1. Introdução	111
3.2. Requisitos da petição inicial.....	112
3.2.1 Execução Fiscal seletiva - o art. 20-C da Lei nº 10.522/2002.....	117
3.3. Indicação de bens à penhora	118

4. Despacho inicial.....	119
4.1. Controle da exordial	119
4.2. Conteúdo do despacho que defere a inicial.....	121
4.2.1. Penhora	123
4.2.2. Arresto.....	131
4.2.3. Avaliação dos bens	134
4.2.4. Registro da penhora ou arresto.....	137
4.3. Efeito interruptivo da prescrição pelo despacho que ordena a citação.....	139
5. Citação	144
5.1. Generalidades.....	144
5.2. Modalidades citatórias da Lei de Execução Fiscal.....	146
5.2.1. Citação postal e por oficial de justiça.....	146
5.2.2. Citação por edital	149

Capítulo III - Competência, Conflito da Execução Fiscal com outras Demandas Judiciais e Aplicação do CPC ao Procedimento da LEF

Ilana Bertagnolli

1. Introdução ao Estudo da competência.....	151
2. Competência para as Execuções Fiscais	152
2.1. Competência absoluta em razão da pessoa	152
2.2. Competência relativa em razão do lugar	153
2.3. Competência delegada.....	157

3. Execuções Fiscais dos conselhos profissionais.....	160
4. Competência nas execuções das multas não tributárias: multas trabalhistas, eleitorais e criminais	163
4.1. Multa Trabalhista.....	164
4.2. Multa eleitoral.....	167
4.3. Multa criminal.....	168
5. Execução fiscal do FGTS.....	170
6. Conexão ente execução fiscal e ações ordinárias.....	172
7. A Execução Fiscal e o juízo universal da falência/recuperação judicial.....	176

Capítulo IV – Partes na Execução Fiscal

Marcelo Pereira de Almeida

1. Introdução.....	181
2. Partes na Execução Fiscal.....	182
3. Legitimidade ativa.....	183
4. Legitimidade passiva	187
5. Substituição processual	195
6. Redirecionamento na execução fiscal	200
7. Desconsideração da personalidade jurídica em execução fiscal	205

Capítulo V - Responsabilidade Patrimonial na Execução Fiscal

Andréa Abrahão da Silva

1. Introdução	211
2. O redirecionamento da Execução Fiscal e a polêmica em torno da (in)compatibilidade do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ)	213
3. Legitimação para a execução fiscal de créditos tributários em hipóteses específicas de redirecionamento	216
4. A atribuição de responsabilidade por sucessão	224
4.1. Sucessão causa mortis	224
4.2. Sucessão empresarial	228
5. Responsabilidade de empresas do mesmo grupo econômico	230
6. Condições para a atribuição de responsabilidade tributária à meação do cônjuge	232
7. A responsabilidade nos casos de falência, recuperação judicial (concordata), liquidação, inventário, insolvência ou concursos de credores	234

Capítulo VI – Constrição e Expropriação Patrimonial na Execução Fiscal

Thayana Felix Mendes

1. Meios executivos na cobrança do crédito público: entre a tipicidade à atipicidade	239
2. Medidas executivas típicas	241
2.1. Ordem de incidência e possibilidade de alteração	243

2.1.1. Averbação pré-executória	247
2.1.2. Garantia antecipada do débito tributário	249
2.1.3. A indisponibilidade judicial de bens do devedor tributário prevista no art. 185-A do CTN.....	250
2.1.4. Arresto de bens antes da citação.....	252
2.2. Penhora: definição e efeitos	254
2.2.1. A penhora e seus diferentes objetos	259
2.2.2. Pluralidade de penhora e pluralidade de credores	260
2.2.3. Penhora de dinheiro e ativos financeiros (penhora on line)	264
2.2.4. Possibilidade de Bacenjud atingir as filiais.....	267
2.2.5. Possibilidade de renovação do Bacenjud nos mesmos autos judiciais.....	269
2.2.6. Liberação ou desbloqueio do Bacenjud.....	271
2.3. Impenhorabilidade	273
2.3.1. Impenhorabilidade de bens que guarnecem a residência	277
2.3.2. Impenhorabilidade de vencimentos e demais produtos do trabalho.....	278
2.3.3. Impenhorabilidade de instrumentos para o exercício profissional	284
2.3.3.1. Penhora do bem imóvel em que se situa a sede da empresa individual executada.....	285
2.3.4. Impenhorabilidade do seguro de vida.....	286
2.3.5. Impenhorabilidade da pequena propriedade rural	288
2.3.6. Impenhorabilidade da caderneta de poupança, até 40 salários mínimos	290

2.3.7. Impenhorabilidade do bem de família	292
2.4. Penhora de bens (móveis e imóveis).....	296
2.4.1. Penhora de títulos e de créditos	298
2.4.2. Penhora de faturamento.....	302
2.4.2.1. Penhora sobre faturamento ou ativos financeiros de entidades sem fins lucrativos: filantrópicas, cooperativas e condomínios.....	303
2.5. Outras espécies de garantias: depósito, fiança e seguro garantia.....	304
3. Medidas executivas atípicas.....	308
3.1. Da atipicidade dos meios executivos cláusulas gerais processuais executivas. (art. 139, inciso IV, e 536, §1º, CPC).....	308
3.2. Apreensão de passaporte e suspensão de carteira de habilitação.....	311
3.3. Apreensão de mercadoria.....	314
4. Conclusão	314

Capítulo VII - Suspensão e Extinção da Execução Fiscal

Pedro Rodrigo Marques Schittini

1. Introdução.....	317
2. Principais hipóteses de suspensão da Execução Fiscal.....	317
2.1 Parcelamento	317
2.2. Concessão de efeito suspensivo em Embargos à Execução Fiscal.....	320
2.3 Não localização do devedor e/ou inexistência de bens penhoráveis..	321
2.4. Suspensão dos processos em razão da afetação para julgamento de casos repetitivos.....	324

2.5. Instauração de IDPJ (Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica).....	325
3. Não suspendem a Execução Fiscal, via de regra.....	327
3.1 Decretação da falência.....	327
3.2. Deferimento de recuperação judicial.....	330
3.3. Prestação de caução.....	331
4. Hipóteses de extinção da execução fiscal.....	333
4.1. Erro quanto ao sujeito passivo constante da CDA.....	333
4.2. Inércia do exequente.....	334
4.3. Cancelamento da inscrição.....	334
4.4. Ajuizamento contra devedor já falecido.....	335
4.5. Ajuizamento da Execução Fiscal de crédito com exigibilidade suspensa.....	335

**Capítulo VIII - Defesa do Executado e de Terceiros:
Exceção de Pré-Executividade, Embargos de Terceiro,
Impugnação da Arrematação e Ação
Anulatória de Arrematação**

Haroldo Lourenço

1. Exceção de pré-executividade.....	337
2. Embargos de terceiro.....	340
3. Impugnação da arrematação.....	343
4. Ação anulatória de arrematação.....	349

Capítulo IX – Defesa do Executado: Embargos à Execução

Caius Henriques Lisboa

1. Introdução.....	353
2. Art. 16 – Embargos à Execução	354
2.1. Aspectos introdutórios e requisitos da inicial dos Embargos à Execução	354
2.1.1. Efeito suspensivo dos Embargos à Execução	359
2.2. Prazo para oposição dos Embargos à Execução.....	364
2.2.1. Aspectos gerais da contagem do prazo.....	364
2.2.2. Intimação da penhora	368
2.2.3. Depósito.....	374
2.2.4. Fiança ou seguro garantia.....	376
2.2.5. Penhora de faturamento.....	377
2.2.6. Substituição ou reforço de penhora.....	378
2.2.7. Hipóteses de litisconsórcio.....	380
2.2.8. Comparecimento espontâneo após a constrição patrimonial....	382
2.3. Necessidade de garantia prévia à oposição dos Embargos à Execução.....	384
2.4. Extensão do §2º, do art. 16, da LEF	394
2.5. Vedação à reconvenção e à compensação em sede de Embargos à Execução	397
2.6. Exceções de suspeição, incompetência e impedimento.....	409
2.7. Meios alternativos de defesa do executado	411
2.7.1. A Exceção de Pré-Executividade	411
2.7.2. Defesa do executado por ação autônoma	422

3. Art. 17 – Intimação da Fazenda Pública e julgamento dos embargos à execução.....	425
4. Art. 18 – Manifestação da Fazenda Pública sobre a garantia em caso de não oposição de embargos à execução	430
5. Art. 19 – Garantia prestada por terceiro	431
6. Art. 20 - Embargos à Execução nos casos de execução por carta	433

Capítulo X – Recursos, Honorários e Encargos Legais

Adriano Moura da Fonseca Pinto

Ubirajara da Fonseca Neto

1. Recursos em execução (e embargos à execução) fiscal.....	437
1.1 Considerações introdutórias	437
1.2 Embargos infringentes previstos na LEF	438
1.3 Agravo de Instrumento	443
1.4 Apelação	445
2. Honorários.....	448
3. Encargos Legais.....	452

Índice de Precedentes

Capítulo I – Técnicas Alternativas de Cobrança do Crédito Tributário e Meios Preparatórios para o Ajuizamento da Execução Fiscal	455
Capítulo II – Certidão de Dívida Ativa, Petição Inicial, Despacho e Citação	474
Capítulo III- Competência, Conflito da Execução Fiscal com outras Demandas Judiciais e Aplicação do CPC ao Procedimento da LEF	490

Capítulo IV – Partes na Execução Fiscal.....	496
Capítulo V - Responsabilidade Patrimonial na Execução Fiscal	500
Capítulo VI – Constrição e Expropriação Patrimonial na Execução Fiscal.....	505
Capítulo VII - Suspensão e Extinção da Execução Fiscal	523
Capítulo VIII - Defesa do Executado e de Terceiros: Exceção de Pré-Executividade, Embargos de Terceiro, Impugnação da Arrematação e Ação Anulatória de Arrematação	527
Capítulo IX – Defesa do Executado: Embargos à Execução	533
Capítulo X – Recursos, Honorários e Encargos Legais	577